



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA:
O PAPEL DO GESTOR**

CATHERINE AMARAL DE CASTRO

**Belo Horizonte
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA:
O PAPEL DO GESTOR**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao programa nacional Escola de Gestores da Educação Básica.

Profa. Orientadora Ma. Sandra Maria Glória da Silva.

**Belo Horizonte
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

CATHERINE AMARAL DE CASTRO

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: O PAPEL DO GESTOR

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 01/08/2015, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao programa nacional Escola de Gestores da Educação Básica, aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos (as) seguintes professores (as):

Profa. Ma. Sandra Maria Glória da Silva - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. (a) _____
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte, 01 de agosto, de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a memória de minha mãe Eny Helena Amaral de Castro, foi por ela que fiz desse sonho minha realidade. A essa guerreira meu eterno reconhecimento e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que sempre, em todos os momentos da minha vida, conduziu meus passos permitindo que meu crescimento intelectual não impedisse meu crescimento espiritual. Aos meus filhos Maria Eduarda e Lorenzo, razão de todos os meus esforços, à minha orientadora Professora Sandra Maria Glória da Silva de quem sempre recebi palavras de reconhecimento e incentivo e à Universidade Federal de Minas Gerais por oportunizar essa conquista.

RESUMO

O artigo aqui apresentado tem por finalidade analisar a gestão da escola pública e o papel do gestor escolar na consolidação da gestão democrática, tema que nas últimas décadas tem possibilitado valiosas discussões na área educacional. Serão abordados temas como o conceito de gestão democrática, sua fundamentação legal e o papel do gestor escolar para se alcançar uma gestão democrática de sucesso. A pesquisa teve como origem a realidade profissional vivenciada por uma gestora de escola pública municipal, seu cotidiano escolar e as dificuldades enfrentadas para tornar possível a vivência de uma prática democrática. A metodologia usada na elaboração desse artigo foi uma pesquisa exploratória com embasamento bibliográfico referente ao tema. A pesquisa enfatiza por fim os desafios que se apresentam para implementação de uma gestão escolar democrática.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Papel do gestor. Escola Pública.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL	9
3 A FIGURA DO DIRETOR NA CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS.....	15
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	17

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é analisar o papel do diretor na consolidação de uma gestão democrática na escola pública. Para além deste, conceituar gestão democrática e analisar o embasamento legal deste princípio da educação pública no Brasil. Bartolini (2013) afirma:

A educação se organiza de acordo com os interesses de cada momento sócio histórico. Assim, a educação brasileira evolui, de modo a mudar seu direcionamento de acordo com as rupturas ocorridas no desenvolvimento do Brasil, as quais só pode ser entendida no contexto histórico, social, cultural, político e desenvolvimento integrado. (BARTOLINI, 2013, p. 09)

Muito se tem discutido na atualidade sobre a gestão democrática da escola pública e novas estratégias estão sendo buscadas pelos gestores no sentido de transformar a realidade vivenciada nas escolas públicas, daí surgiu o interesse em desenvolver essa pesquisa bibliográfica, da experiência por mim vivenciada na gestão de uma escola da rede municipal, justificada pela necessidade de se encontrar coerência entre o discurso e a prática, entre o amparo legal e a realidade do cotidiano escolar, entre o papel do gestor nesse processo e suas restrições.

Essa pesquisa teve como embasamento bibliográfico diversos autores, sendo Luck (2005) a principal referência onde buscamos analisar naturalmente a questão da participação e do trabalho desenvolvido de forma coletiva. Considerando também a relação da comunidade com a escola pública, os anseios, possibilidades e fragilidades dessa relação e o papel do diretor nesse contexto e os desafios da gestão democrática. Além disso, sabe-se que a escola, nos parâmetros atuais assume a posição de espaço com autonomia administrativa e pedagógica, exigindo do profissional que a administra capacidade para gerir os recursos financeiros e os aspectos pedagógicos em parceria com todos os segmentos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL

O processo de democratização do ensino no Brasil e a gestão democrática enquanto instrumento de ampliação da qualidade da educação oferecida nas escolas públicas teve como cenário o movimento constituinte. A Constituição Federal de 1988 define a Gestão Democrática na forma da lei e institui essa forma de gerir o ensino público no Brasil (Art. 206, Inciso VI).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 reforça esse modelo de gestão escolar participativa e estabelece que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola seja elaborado de forma coletiva, envolvendo a comunidade escolar e a família dos alunos. Em seus artigos 14 e 15, amplia a autonomia das unidades da federação para definirem suas formas de gestão, estabelecendo assim, o princípio da autonomia delegada:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

Art.15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Essa nova forma de gestão caminha hoje ao encontro de uma estruturação plena, onde novas alternativas estão sendo apresentadas no sentido de se concretizar a gestão democrática no âmbito da escola pública, Luck et al (2005) afirmam que:

O ensino público no Brasil já está experimentando transformações profundas. Reformas nacionais juntamente com iniciativas no âmbito estadual e municipal estão alterando as práticas pedagógicas e a organização escolar na tentativa de dar eficácia à escola e universalizar seu acesso. (LUCK et al, 2005, p. 9).

Implementar uma gestão escolar participativa e democrática que supere o discurso frente à realidade que se apresenta nas escolas públicas do Brasil é hoje uma

exigência da sociedade. “Novos desafios e exigências são apresentados à escola que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar desafios, mas também de superá-los” (LUCK, 2009, p.16). Essa autora, ao definir a gestão democrática ressalta que:

Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. (LUCK, 2009, p.1).

A gestão democrática se apresenta como substituta do autoritarismo administrativo empregado nas escolas públicas por décadas e se tornou assunto frequente de reflexões e debates, e nas palavras de Gadotti (1994) exige, primeiramente, a mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar no sentido de abandonar o preceito de que a escola pública pertence ao Estado e não a comunidade.

O desafio que se apresenta para uma prática que integre de maneira democrática e participativa os diversos fazeres da escola é ainda grande. A gestão democrática exige participação, Luck et al (2005) afirma que:

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve além dos funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na melhoria do processo pedagógico. (LUCK et al, 2005, p.17).

Algumas formas de participação são apontadas por Luck (2006), entre elas: a participação como presença; a participação como expressão verbal e discussão; a participação como representação política; a participação como tomada de decisão e a participação por engajamento. Sendo a última a forma mais plena de participação. Participar por engajamento significa envolver-se, estar presente, participar na tomada de decisões e comprometer-se nas ações.

3 A FIGURA DO DIRETOR NA CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A escola enquanto instituição formal do ensino era vista até a década de 1970 como uma ramificação do sistema de ensino que tinha como objetivo principal cumprir objetivos burocráticos. Hoje é reconhecida como uma organização social, local onde importantes decisões pedagógicas e administrativas são tomadas, onde diversos personagens (aluno, professor, família, comunidade e gestor) através da sua atuação participativa e consciente fazem o dia a dia acontecer.

Nesse contexto, sai de cena o diretor e o gestor assume o papel de protagonista, aquele que segundo Santos (2011):

Precisará saber como trabalhar os conflitos e desencontros, deverá ter competência para buscar novas alternativas e que as mesmas atendam aos interesses da comunidade escolar, deverá também compreender que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os envolvidos no processo. (SANTOS, 2011, p.12).

A gestão democrática da escola pública deve expressar a vontade da sociedade civil e ao gestor cabe interpretar e atuar como sujeito promotor e incentivador dos esforços coletivos que conduzirão à concretização dos objetivos da educação, dos fins peculiares da escola, que só serão possíveis através participação real dos sujeitos construtores do processo ensino-aprendizagem no PPP da escola, no colegiado e demais instâncias colegiadas. Articulando os diferentes segmentos em torno da Proposta Pedagógica da escola, o gestor incentiva o trabalho em equipe e mobiliza a comunidade escolar para a atuação coletiva.

Envolver todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem nas decisões relacionadas ao planejamento educacional constitui-se numa oportunidade de exercer a autonomia e numa possibilidade de compartilhar a gestão educacional e,

Tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se prever mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. (PARO, 1998, p. 46).

Paro (2001, p.19) afirma que para que a escola cumpra com o seu objetivo de educar para a democracia ela precisa ser liderada por “um gestor comprometido com a qualidade da educação e com as transformações sociais”. Somente essa forma de liderança será capaz de quebrar as relações autoritárias de poder estabelecidas há anos na escola. É o trabalho coletivo e democrático a condição para que se reconstrua o dia a dia da escola de forma consciente, responsável e participativa.

Como líder, o gestor é a pedra fundamental do trabalho coletivo. É o gestor o articulador do diálogo entre a direção da escola e os outros segmentos nela presentes rompendo dessa forma as relações de poder autoritário, conduzindo o trabalho escolar a um processo mais democrático, refletindo no PPP, o desejo de um trabalho coletivo. No gestor, como educador que também o é, se concentram as possibilidades de viabilizar a função educativa como condição *sine qua non* da escola.

Trabalhar coletivamente não é uma meta fácil de se alcançar, mas o ambiente escolar como um todo deve favorecer a essa experiência. Participar é construir em conjunto para que se possa concretizar o objetivo de se educar para compreender a vida e atuar como cidadão consciente. Para Luck (2009),

O grande desafio do diretor escolar constitui-se, portanto, em atuar de modo a conhecer os valores, mitos e crenças que orientam as ações das pessoas que atuam na escola e como se reforçam reciprocamente e, com que medida esses aspectos dissociam ou distanciam dos objetivos, princípios e diretrizes educacionais. E ainda, em compreender como sua própria postura insere nesse processo, para então atuar de modo a promover a superação do distanciamento porventura existente entre os valores vigentes e os objetivos educacionais. (LUCK, 2009, p. 21).

A gestão democrática se constrói no próprio acontecer da escola e se concretiza numa maneira de gerir que permita a participação democrática, coletiva, transparente e autônoma. Como afirma Freire (1996) o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. Nesse processo de construção da escola democrática o gestor deve ser a pedra angular do edifício educativo, comprometido com a transformação social da escola e da comunidade, propiciando condições adequadas eficazes para a prática docente e discente, assegurando através das decisões coletivas o atendimento da função básica da

escola que é o processo ensino-aprendizagem, garantindo através de suas ações a efetivação da gestão democrática, incentivando o fortalecimento das instâncias colegiadas e a efetivação do PPP numa perspectiva de escola inclusiva, voltada aos interesses e ambições da comunidade na qual está inserida.

Da escola, espera-se que ela promova a capacidade de discernir, de distinguir, de pensar que supõe assumir o mundo, a realidade histórica como matéria perceptível e com objetividade que nos permita sua maior compreensão e intervenções deliberadas. Da escola se espera o fortalecimento de sujeitos que, capazes de elaborar conhecimentos, contingências e estruturas, possam imaginar outros mundos ainda não concretizados e neles investir com paixão para construir tempos e lugares que ampliem as alternativas da realização humana e social. (LINHARES, 1986, p.16).

Do gestor espera-se a capacidade de fazer construir a escola que promova o ser humano, abandonando o comodismo e enfrentando com determinação os desafios na busca da consolidação de uma educação emancipadora e que possa de fato conduzir a uma sociedade mais justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a gestão da escola pública e o papel do gestor escolar na consolidação da gestão democrática, nota-se que as mudanças rumo ao processo de democratização da gestão da escola pública ocorreram não somente nos conceitos (diretor para gestor), mas também em ações concretas (do autoritarismo à descentralização do poder). Cada vez mais podemos perceber o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar na melhoria da qualidade do ensino, o gestor deixa aos poucos de ser o responsável exclusivo pelo processo ensino-aprendizagem compartilhando decisões e responsabilidades com todos os envolvidos nesse processo.

Gerir a escola de maneira democrática significa romper antigos paradigmas e práticas de autoritarismo arraigadas no seio da escola, o que não é tarefa simples, mas sem dúvida alguma, e as transformações ocorridas já comprovam isso, a gestão democrática da escola pública não é uma utopia. Ela é uma prática tangível que promoverá as verdadeiras transformações sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> > Acesso em: 02 de out. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. > Acesso em: 02 de out.2014.

BARTOLINI, Júlio César. **O papel do diretor na gestão democrática: Desafios e possibilidades na prática da gestão escolar**. Tese (de mestrando em Letras) _ Universidade Estadual do Oeste do Paraná / UNIOESTE, Cascavel, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GODOTTI, Moacir. **Gestão democrática e qualidade de ensino**. 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público, 28 a 30 de julho de 1994- Minascentro, Belo Horizonte - MG

LUCK, Heloísa. Et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUCK, Heloísa. “A evolução da gestão educacional a partir de mudança pragmática”. Disponível em :< <http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf>> Acesso em 12 dez. 2014.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba. Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo. Xamã, 2001.

SANTOS, Christiane Soní Costa da Cunha. **Gestão da escola pública: desafio para a consolidação de uma educação democrática e participativa**. 20f. 2011. Artigo (Curso de Pós-graduação em Administração, Supervisão e Orientação Escolar). Faculdade Redentor. Três Rios, RJ. 2011. Disponível em: http://www.posgraduacaoredentor.com.br/hidden/path_img/conteudo_542b0f0f91e35.pdf> Acesso em: 10 mar. 2015.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO PEDAGÓGICO APRENDIZ**

**CATHERINE AMARAL DE CASTRO
EDIRCILENE GUERRA ARAÚJO
MARIA APARECIDA ALMEIDA
NIVEA DA SILVA FARIA
ROSA APARECIDA GONÇALVES SANTOS**

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO PEDAGÓGICO APRENDIZ**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	10
3. CURRÍCULO	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	26
7. AVALIAÇÃO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	37

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola, “é um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados” (FERREIRA, 2009, p. 2). Por ser um instrumento construído a partir do diálogo e com a participação dos diversos autores do processo de ensino aprendizagem o PPP se constitui em um importante instrumento da construção e da vivência da democracia e do exercício da cidadania na escola. Não é um documento a ser construído e depois arquivado como cumprimento de uma exigência burocrática, mas ao contrário deve ser construído continuamente e vivenciado em todos os momentos. No entanto, a participação crítica de todos na construção do PPP, não é um processo fácil de ser consolidado, nas palavras de VEIGA:

O Projeto Político Pedagógico, ao se construir em um processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2002, p.10).

Nesse sentido, a participação efetiva de todos somente se concretizará se a escola proporcionar situações nas quais seus membros possam aprender a pensar e a realizar de forma consciente o fazer pedagógico (VEIGA, 2002).

A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, está situada à Rua Maria da Luz, nº 107, Bairro das Pedreiras no município de Carmópolis de Minas- MG, CEP 35534-000, e-mail: emapreniz@gmail.com, fone: (37) 3737-0102. Mantida com recursos da municipalidade, o prédio possui 13 salas de aula, 01 salão, 01 sala de professores, 5 salas para uso da administração, cantina, quadra coberta, biblioteca, banheiros masculinos e femininos para funcionários e alunos; oferece Ensino fundamental I e II nos turnos matutino e vespertino e atende um total de 940 alunos oriundos da zona rural e urbana. Tem no seu quadro de funcionários 43 docentes, sendo a maioria (90%) efetivados por concurso público, 4 especialistas, 1 diretor , 1 vice diretor, 16

auxiliares de serviços gerais e 6 auxiliares de secretaria. A parceria entre escola e comunidade local é recente e aos poucos se fortalece por meio de projetos. A escola oferece sua quadra para recreação da comunidade, nos fins de semana, a cada 15 dias, os vizinhos do entorno e moradores da comunidade em contrapartida prestam pequenos serviços de manutenção do prédio escolar, a Polícia Militar em parceria com a escola promove semestralmente o campeonato de futsal, com times, formados por pais, alunos, professores e policiais militares.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola foi apresentada à comunidade escolar como uma oportunidade de participação democrática, de tomada de decisões no sentido de se construir e mudar a realidade escolar, promovendo a escola a um espaço público, um lugar de debates e diálogo, fundado na reflexão coletiva. Apesar de ainda ser discreto o envolvimento dos vários segmentos, cientes de que quanto mais ampla a participação dos diferentes agentes no processo de construção do PPP, mais ampla torna-se essa autonomia, buscamos a conscientização de todos os envolvidos no processo educativo.

Foram feitas reflexões, discussões com intervenções e mudanças trazendo novas exigências, novas posturas que devem ser inseridas na prática, buscando o aperfeiçoamento. O documento, produto final desse processo, é Projeto Político Pedagógico referenciado nos princípios éticos da igualdade, qualidade, liberdade e honestidade; na gestão democrática com a valorização dos profissionais e aberta a diversidade e inclusão. E como não poderia deixar de ser, é um projeto aberto, em construção permanente, que se dispõe a discutir, se expor e reorganizar-se de acordo com as necessidades e possibilidades de seus educandos, familiares, comunidade escolar e profissionais da escola.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação escolar engloba ensinar e aprender; passar o conhecimento, o bom julgamento e a sabedoria; transmissão da cultura de geração para geração. Tanto quem ensina quanto quem aprende tem responsabilidade no processo ensino-aprendizagem. Ao professor nesse processo, não cabe somente a função de transmitir conhecimento, mas também e principalmente facilitar o processo da busca. Ao aluno, cabe a função de ser protagonista do próprio conhecimento.

A vida moderna se apresenta complexa, em constante mudança e é nesse contexto que os nossos alunos se encontram inseridos, portanto, não pode a escola se distanciar desse dinamismo. A modernidade exige uma escola com alunos “sujeitos do próprio conhecimento, críticos, criativos, que troquem informações entre os pares, professores e demais fontes”. (SANTOS, 2013, p.01).

A modernidade, a sociedade globalizada, o mundo da informação, da competição no mercado de trabalho, das intensas desigualdades sociais, exige cidadãos conscientes do seu papel no mundo e na sociedade, participativos, capazes de reaprender constantemente, críticos, integrados e protagonistas do próprio saber. É nesse sentido que a Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz definiu com sua missão educativa, assegurar aos alunos uma educação crítica, participativa e de excelência, primando pela qualidade e criatividade no ensino ofertado, pelo trabalho participativo, eficaz, inovador e responsável, desenvolvido pela equipe pedagógica e administrativa, respeitando o aluno, seu saber, o seu meio cultural e a pessoa humana; contribuindo dessa forma para uma sociedade onde se efetive o princípio da igualdade.

A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz adota uma postura de educação libertadora à luz das reflexões de Paulo Freire, cuja face crítica e reflexiva aponta para uma preocupação diante da realidade vivenciada pelo aluno, propondo intervenção prática no cotidiano da escola, dinamizando, transformando e considerando a realidade singular de cada aluno (FREIRE, 1980), propõe um modelo de educação transformadora que considere o ser humano sujeito da própria

aprendizagem, que valorize o seu saber, sua vivência, sua realidade e seu modo de ver o mundo; um ensino baseado no diálogo, na liberdade e na busca do conhecimento.

Dessa forma, considerando a importância da educação transformadora e do contexto vivenciado pelos alunos, os professores são orientados a ousarem na sua proposta educativa enfatizando a contextualização e interdisciplinaridade, procurando atender as diversidades contribuindo para que esse aluno se forme crítico, participativo e transformador da sociedade em que está inserido. Como a sala de aula e a própria aula, não são uniformes -cada uma constitui um cenário educativo diferente- o professor utilizará formas diferenciadas de trabalho para alcançar os objetivos propostos em seu planejamento. O importante é que não se perca o foco da relação íntima existente entre as categorias objetivo/conteúdo/método/avaliação no decorrer do processo de ensino-aprendizagem nas diversas áreas de conhecimento.

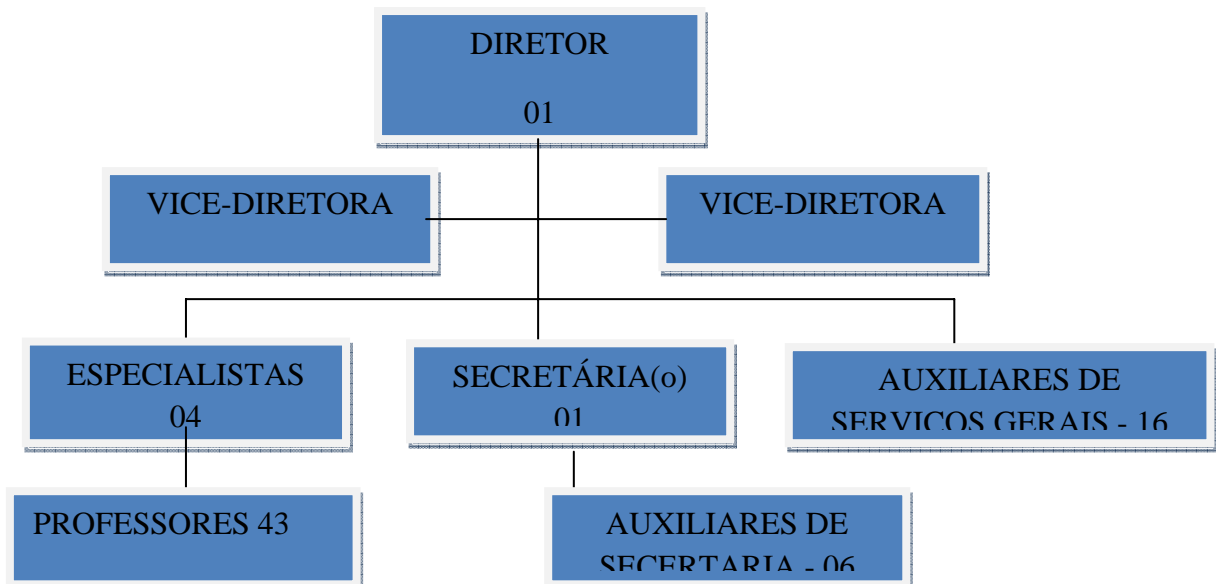
A concepção de educação que orienta o trabalho educacional da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, busca metodologias ativas e interacionistas como sugerem os estudos de Piaget e Vygotsky, salvo as peculiaridades de cada um, a educação proposta pela escola tem na atitude interacionista dos indivíduos com o meio socioambiental seu foco central, que possibilitará a formação de sujeitos políticos, autônomos e emancipados. Esse construtivismo entendido à luz das contribuições tanto de Piaget quanto de Vygotsky, parte do pressuposto de que o aluno é um ser atuante, crítico e reflexivo, mas que não age apenas de forma espontânea e solitária. Suas ações perpassam pela interação com meio. É nesse sentido que Piaget em suas obras assevera que o sujeito não é alguém que espera que o conhecimento seja transmitido a ele num ato de benevolência. É igualmente nesse sentido que a Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz pauta sua ação pedagógica através da interdisciplinaridade apontando para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Toda instituição escolar dispõe de uma estrutura de organização interna prevista em legislação específica (estadual ou municipal) e no próprio Regimento Escolar. Estrutura, nesse sentido, refere-se ao ordenamento e disposição das funções dos funcionários da escola. A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, dispõe de dois tipos de estruturas organizacional: administrativa e pedagógica. A estrutura administrativa está diretamente relacionada à gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros; enquanto a pedagógica refere-se fundamentalmente, às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo, enfim, todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Sendo a escola uma organização orientada por finalidades, controlada e permeada por questões do poder, é necessário voltar à atenção para sua estrutura burocrática no sentido de se evitar que a mesma afete ou até mesmo inviabilize a formação de cidadãos aptos a criar ou modificar a realidade social. Para que a escola cumpra com a sua finalidade e ofereça um ensino de qualidade, é fundamental romper com a atual forma de organização burocrática que regula o trabalho pedagógico e que conduz à fragmentação e ao controle hierárquico.

O organograma da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz se estrutura da seguinte forma:



2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

O grupo gestor da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz é composto por 01 diretor, 02 vice-diretores, secretário e representantes do Colegiado Escolar. O diretor coordena, organiza e gerencia as atividades da escola, e juntamente com os demais membros do grupo gestor atende às leis, regulamentos e determinações superiores do sistema de ensino mineiro e às decisões no âmbito da escola. O vice-diretor, na eventual ausência do diretor é quem desempenha suas funções.

O setor técnico-administrativo que compõe o corpo administrativo é formado pelo grupo gestor e mais 06 auxiliares de secretaria sendo 01 responsável pela parte financeira da escola e os demais pelas atividades que asseguram o atendimento dos objetivos e funções da escola. A secretária escolar é responsável pela documentação, escrituração e correspondência da escola, responde também pelo atendimento ao público, e para a execução da sua função, coordena os auxiliares de secretaria. Integra ainda o setor técnico-administrativo da escola: 1) - 16 auxiliares de serviços gerais que cuidam da manutenção, limpeza e conservação do prédio escolar e da preparação e da distribuição da merenda. 2) – o corpo docente formado por 43 professores, que tem como função básica realizar o objetivo maior da escola: o ensino. Além do seu papel específico de docência, os professores são responsáveis por participar da elaboração do plano escolar, das atividades da escola, das decisões do Conselho de Classe, das reuniões de pais e das demais atividades cívicas, culturais e recreativas da escola, 02 professores para atendimento da biblioteca e 04 especialistas (supervisores) que são os responsáveis pela dinamização do processo educativo, promovendo e assegurando as atividades de natureza, técnico- científica e pedagógica em ações integradas que contribuem para uma educação de qualidade.

O espaço físico da escola é amplo e atende s necessidades administrativas e pedagógicas, o prédio possui 13 salas de aula, 01 salão, 01 sala de professores, 05 salas para uso da administração, cantina, biblioteca, sala de multimeios e informática, quadra coberta, banheiros masculinos e femininos para alunos e

professores. A escola é bem equipada tecnologicamente e oferece mobiliários bem conservados e disponíveis em quantidade suficiente para atender as necessidades, os recursos de multimeios e informática disponíveis (Datashow, programas pedagógicos, internet, computadores, etc.) oferece aos professores um suporte pedagógico rico e motivador para o processo de ensino-aprendizagem. É igualmente equipada a secretaria da escola, o que permite agilidade e qualidade dos serviços administrativos da escola.

Esta unidade escolar recebe recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Este recurso é oriundo do Governo federal e para atender as etapas de educação infantil (creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 6 anos), do ensino fundamental e do ensino médio, além das modalidades: educação para jovens e adultos, educação indígena, educação profissional, educação do campo e educação especial. Cumprida a exigência mínima relacionada à garantia de 60% para remuneração do magistério, os recursos restantes (de até 40% do total) devem ser direcionados para despesas diversas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), realizadas na educação básica, na forma prevista no artigo 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

Os recursos para aquisição de gêneros alimentícios são provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), repassado pela Secretaria de Educação diretamente para a conta da Merenda Escolar desta Unidade. O cardápio é elaborado pela gerente de merenda escolar, tomando-se o cuidado de observar a listagem de alimentos proibidos, a quantidade estabelecida para cada refeição e o valor médio por refeição (trinta centavos). É realizada cotação de preços em, no mínimo, três estabelecimentos, efetuando-se a compra dos gêneros no estabelecimento que oferecer menor preço e tiver nota fiscal. Na prestação de contas da merenda escolar é exigido: notas fiscais, cópias dos cheques, canhotos dos cheques, extratos bancários com entradas e saídas de recursos, cardápio, balancete, planilhas orçamentárias, anexos (listagens de gêneros adquiridos, de

cheques emitidos para cada fornecedor com nº de nota fiscal e CGC, relatório do período), além do livro de movimentação de conta-corrente.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A equipe técnico pedagógica da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, formada pelos vice-diretores e especialistas garantem o suporte pedagógico, supervisionam, assessoram, avaliam atividades pedagógico-curriculares; é também responsável pela coordenação, implantação e implementação na escola das diretrizes curriculares definidas no PPP e no regimento Escolar em consonância com a Política Educacional e Orientações da Secretaria Municipal de Educação; enfim prestam assistência pedagógica e didática aos professores. Esse trabalho (co) partilhado entre a equipe pedagógica e os professores possibilita o desenvolvimento de uma educação de qualidade numa perspectiva democrática, uma vez que a interação ocorrida entre as partes possibilita discussões, análises, redirecionamento de condutas e reavaliação de métodos.

A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, oferece matrículas para o Ensino obrigatório dos 6 aos 14 anos de idade e possui um total de 940 alunos matriculados do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino. As turmas ocupam 28 salas de aula assim distribuídas: 1) – Turno matutino: 03 turmas de 6º ano, 03 turmas de 7º ano, 04 turmas de 8º ano e 04 turmas de 9º ano. 2) Turno vespertino: 01 turma de 1º ano, 01 turma de 2º ano, 2 turmas de 3º ano, 01 turma de 4º ano, 02 turmas de 5º ano, 02 turmas de 6º ano, 02 turmas de 7º ano, 02 turmas de 8º ano, 01 turmas de 9º ano. Reservadas as peculiaridades de cada turma e conteúdo, a escola busca desenvolver a integração das mesmas através de projetos que envolvam também a participação das famílias cientes que somos que a participação dos pais na vida da escola é valiosa contribuição para o sucesso da aprendizagem dos alunos.

O serviço de apoio pedagógico oferece aos alunos com baixo desempenho escolar a recuperação no contra turno ministrado pelos professores que atuam na biblioteca, além da recuperação paralela oferecida ao final de cada bimestre. As avaliações externas do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE) e as avaliações internas, aplicadas anualmente, servem como referencial para o direcionamento das intervenções pedagógicas a serem feitas no sentido de superar as dificuldades/defasagens apresentadas pelos alunos e conseqüentemente melhorar a qualidade do ensino.

Assim, num esforço conjunto e democratizado, a organização administrativa e pedagógica da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, busca oferecer as condições necessárias para que se efetive uma educação de qualidade, inclusiva e eficaz, formadora de cidadãos críticos e participativos e acima de tudo conscientes do seu papel na sociedade.

3. CURRÍCULO

Lunardi (2004) define currículo como um campo de atividades envolvendo múltiplos sujeitos em diferentes instâncias, cada um com tarefas específicas. Uma vez constituído por um conjunto de práticas locais, globais, encadeadas, desencadeadas, conflituosas e integradas. Ainda segundo a autora o processo de educação destacado num currículo que identifica na formação humana plena sua prioridade, converge num sentido objetivo o complexo diverso e rico de práticas e conteúdos que não podem ser entendidas separadamente.

Currículo é o coração de uma instituição educativa. Ele dialoga e se articula com demais elementos de uma Proposta Pedagógica. É a busca de um ser humano que, inserido na natureza e na cultura, se constrói e se transforma cotidianamente, nas ações, experiências, saberes e conhecimento que produz e se aproxima nas relações que estabelece. Ele vai além do fazer pedagógico abrange elementos como O plano curricular (ANEXO I), as disciplinas, conteúdos e conhecimentos num verdadeiro e complexo processo social para que essas relações ocorram dialeticamente. Para a construção do currículo deve-se levar como referência e como elementos de reflexão as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O currículo ainda precisa estar em sintonia com a realidade sócio-cultural e econômica do aluno.

O currículo do ensino fundamental e médio deve ter por base comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura da economia e da clientela (BRASIL, 1996)

O processo de ensino\aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir de forma autônoma, seus sistemas de valores, e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca. (MOREIRA, 2010. p.123)

A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz organiza seu currículo norteando suas ações pedagógicas, favorecendo as atividades interdisciplinares e o estudo de temas transversais de modo a interagir com todos os conteúdos. Além disso, o planejamento deve contemplar a possibilidade de movimento de ação-reflexão-ação, na busca constante de um processo de ensino-aprendizagem produtivo. Um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento científico. Para tanto precisa de construção coletiva de um currículo multicultural na escola, transformando a cultura escolar tradicional em um diálogo e comunicação entre todos os grupos presentes na escola e na sociedade.

Nessa concepção a escola busca oferecer condições necessárias para que se efetive uma educação de qualidade, inclusiva e eficaz para garantir plena inclusão conforme determinações legais e formando cidadãos críticos e participativos e acima de tudo conscientes do seu papel na sociedade. A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, busca metodologias ativas e interacionistas como sugerem os estudos de Piaget e Vygotsky salvo as peculiaridades de cada um. Pautando suas ações pedagógicas através da interdisciplinaridade apontando para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social.

Currículo é lugar, espaço, território.

Currículo é relação de poder.

Currículo é trajetória, viagem percurso.

Currículo é autobiografia, nossa vida,

Currículo é texto, discurso, documento.

Currículo é documento de identidade.

(TADEU, 1999, p.156)

O currículo não é neutro, não pode ser separado do contexto social, representa um tipo de organização da escola e reproduz um tipo de controle social. É um processo

completo, que passa pela sala de aula e pela relação entre todos os envolvidos: aluno, professor, gestor e família, tendo como resultado a aprendizagem e não o que traz de números ou metas. E não é uma ação isolada. O processo de ensino-aprendizagem da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz promove ao educando emancipar reflexões e discussões sobre questões do seu tempo. A contemporaneidade exige de todos um olhar mais apurado sobre reconhecer a função primordial da escola que é o acesso ao saber sistematizado. Ainda assegurando a autonomia da unidade escolar.

A escola tem implementado projetos que estabelece relações entre vários componentes que convivem diretamente com ela no cotidiano escolar sendo organizados em reuniões pedagógicas apoiados pelo Conselho Escolar. A recuperação paralela contra-turno (Programa de estudo especial de acordo com a dificuldade de cada aluno, viabilizando novas oportunidades para que supere suas defasagens;.) Ações afetivas e sociais (Palestras, debates que compreendem a apropriação de condutas e valores pessoais e grupais abrangendo os aspectos de participação, presença, comunicação, sociabilidade, atitude e valores;).

Oferece também recreação à comunidade nos finais de semana, a cada 15 dias no projeto Comunidade Amiga e solidária, que em contra partida ajuda em pequenos reparos no prédio escolar; O projeto Mãos Dadas, (Que trata como tema primordial a inclusão, que visa deixar de ser uma escola que acolhe alunos com dificuldades diversas, para ser de fato, uma escola inclusiva.) Mobilidades (organizadas para atender níveis próximos de dificuldade e realizadas dentro do horário de aula, uma vez na semana;) Programa de combate à Homofobia e ao *bullying*. Esses projetos estabelecem um diálogo entre a escola e o seu contexto social, político e cultural, proporcionando aos acadêmicos fundamentos teóricos capazes de promover a relação dialética entre teoria e a prática curricular, imprescindíveis para uma participação efetiva na gestão da escola.

Portanto o currículo não deve ser considerado apenas um documento que define repasse de conteúdos. Mas como processo educativo complexo e completo, marcado por variáveis pedagógicas e sociais. Fruto de um trabalho coletivo da equipe e comunidade escolar, com olhar atento as características da sua clientela, à diversidade cultural, étnica, cognitiva e social.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Tempo nosso maior desafio enquanto gestor, educador ou aluno não importa qual a função exerçamos sempre nos deparamos com prazos a serem cumpridos, mas duzentos dias letivos são suficientes para que o ensino-aprendizagem aconteça e vençamos um currículo muitas vezes extenso? Pensar os tempos e os espaços é levar em conta que estes estão presentes na vida dos educandos e de todos os seres humanos desde a vida uterina, ao deixar o útero (primeiro espaço que ocupamos) o tempo é de quarenta semanas, e quem nasce antes está fora do tempo. Mas nascer fora do tempo não limita o ser humano, este com atenção adequada, consegue superar e tomar posse do seu espaço no mundo.

Assim, nossos educandos tem o tempo certo para adquirir os conhecimentos que a escola oferece e os espaços também devem ser levados em conta, pois enquanto um aprende na sala de aula, o outro aprende em casa com a televisão ligada ou ainda na biblioteca com silencio absoluto. E os tempos e os espaços escolares muitas vezes ultrapassam os muros da escola.

Ao longo do processo histórico que envolve o ensino-aprendizagem, organizado sob o formato escolar, a gestão dos tempos e dos espaços escolares sempre foi relevante. A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p. 1015)

Certamente as famílias da comunidade escolar se organizam de acordo com o ano letivo, os pais marcam viagens nas viagens escolares. O calendário escolar (ANEXO II) é um instrumento importantíssimo, por ser um norte e garante o cumprimento da carga horária exigida por lei, mas ressalto que cumprir o calendário não é garantia de conhecimento.

A organização dos tempos e dos espaços escolares é pensada na elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP e este deve levar em conta a realidade do ambiente social em que a unidade escolar está inserida. Assim sendo deve-se respeitar e garantir ao educando um espaço que respeite e propicie experiências significativas para cada faixa etária, garantindo qualidade no ensino público.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo assim, os espaços escolares não devem ser somente a sala de aula, mas extrapolar o ambiente de aprendizagem, como cita a LDB 9394/96;

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. (BRASIL, 1996)

Na Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, o calendário escolar (ANEXO II) é elaborado pela escola, em acordo com os parâmetros definidos em normas específicas, publicada anualmente pela Superintendência Regional de Ensino (SEE, Resolução 2197), levando em conta suas necessidades e sua organização. São garantidos, no Calendário Escolar, os mínimos de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais, e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Considera-se dia letivo aquele em que os professores e alunos desenvolveram atividades de ensino-aprendizagem, de caráter obrigatório, independente do local em que sejam realizadas. Considera-se dia escolar aquele em que são realizadas atividades de caráter pedagógico e administrativo, com a presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo, podendo incluir a representação dos

pais e alunos. O horário escolar, também elaborado pela própria Unidade de Ensino, deve garantir o cumprimento da carga horária prevista para cada disciplina e ser organizado de forma a garantir o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

Os horários de início e término das aulas são os seguintes:

HORÁRIOS	MATUTINO	VESPERTINO
1ª AULA	7:00 – 7:50	12:30 – 13:20
2ª AULA	7:50 – 8:40	13:20 – 14:10
3ª AULA	8:40 – 9:30	14:10 – 15:00
RECREIO	9:45 – 10:35	15:00 – 15:15
4ª AULA	10:35 – 11:25	15:15 – 16:45

O espaço físico da escola, que recentemente passou por uma reforma geral, é bem estruturado, mas o número de salas de aula é insuficiente. A quadra da escola, não contemplada na reforma atual, oferece riscos quanto à sua estrutura e estado de conservação. A escola possui equipamentos tecnológicos variados e suficientes para atender as necessidades da modernidade informacional, mas o laboratório de informática encontra-se em condições precárias de funcionamento.

O Planejamento inicia-se com uma semana que antecede o ano letivo, com a participação de toda a equipe docente e pedagógica da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, os professores assistem à palestras sobre a importância e o significado do planejamento na prática educativa. Em vários momentos os professores se reúnem por área do conhecimento para tratarem das questões relativas à proposta curricular a ser desenvolvida durante o desenrolar do ano letivo.

Ressalta-se aqui a importância do planejamento de forma participativa para que não haja diferenças entre os conteúdos ministrados pelos professores.

O planejamento tem a característica de ser flexível, isto é, pode ser modificado de acordo com a realidade de cada turma, bem como de seu desenvolvimento ou dificuldades encontradas ao longo do processo. O planejamento segue a sua identidade, seu norte que é o Projeto Pedagógico e deve levar em conta, não só o cumprimento do currículo como a qualidade de ensino a ser oferecida por essa Unidade Escolar. Sendo assim, nossos professores têm em média o prazo de um mês para concluir o planejamento anual de curso quando realizarão um diagnóstico das turmas. Em seguida os planos são entregues na coordenação que acompanha o desenvolvimento dos mesmos pelos professores.

A equipe se organiza em conselhos de classe regulamentado pela Resolução nº 194 do Conselho Estadual de Educação (CEE) de 19 de agosto de 2005, assim definido: O processo de desenvolvimento da aprendizagem deve ser objeto de rigorosa verificação e análise pelo Conselho de Classe, obrigatório a cada bimestre letivo, composto por professores, coordenação pedagógica, representante dos alunos, dos pais, do Conselho Escolar e dos demais agentes educativos. O Conselho de Classe deve avaliar o processo de desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos de cada turma separada individualmente, tomando as medidas que se fizerem necessárias para o seu aprimoramento e para a recuperação imediata daquele que apresentarem dificuldades, qualquer que seja a sua natureza.

Os Conselhos de Classe e as reuniões pedagógicas, de que participam pais, os professores e os alunos, são considerados como Dias Escolares. Ao final de cada semestre letivo, o Conselho de Classe deverá realizar amplo debate sobre o processo pedagógico, o ensino ministrado, a aprendizagem, a avaliação dessa e a recuperação paralela, desenvolvida ao longo do seu curso, promovendo as mudanças e adaptações que se fizerem necessária, com vistas ao seu aprimoramento, durante o semestre seguinte. Ao término do ano letivo, o Conselho

de Classe deve realizar análise global sobre o desenvolvimento de cada aluno, ao longo de seu curso, com a finalidade de avaliar se ele dispõe de condições adequadas de ser promovido para o ano seguinte de forma integral ou parcial.

A conclusão do Conselho de Classe, por qualquer uma das alternativas possíveis, necessariamente tem de ser circunstanciada, motivada e anotada, em seu inteiro teor, em ata própria e na ficha individual do aluno. As reuniões de Conselho de Classe devem ser devidamente registradas, em documento próprio, por secretário designado para isso, dando-se ciência de seu inteiro teor a todos os interessados.

Como o processo de aprendizagem tem por objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, é vedada sua dispensa, pelo Conselho de Classe, quaisquer que sejam as notas por ele obtidas.

Segundo Freitas (2004, p.29) “A qualidade portanto é um processo de reflexão compartilhada e coletivo [...]” sendo assim a qualidade do trabalho pedagógico e tempo escolar tem uma relação bem estreita; pois, para se ter reflexão compartilhada e coletivo é preciso ter garantido o tempo. E na Escola Municipal Núcleo Aprendiz esse tempo é garantido nos Conselho de Classe bimestralmente e é importante essa parada para replanejar e avançar rumo aos objetivos propostos no início do ano letivo.

Outro fator a ser analisado é a organização da Escola Integral que constitui:

Constitui-se de uma proposta pedagógica organizada por meio de ações educativas complementares, cujo principal objetivo é dar oportunidade para que crianças e adolescentes de seis a 14/15 anos, do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação, desenvolvam o seu potencial, numa perspectiva de formação integral, com o aprimoramento de competências individuais, sociais, produtivas e cognitivas. O programa pretende que essa formação integrada se reflita no aumento do rendimento escolar e do nível de escolaridade dos alunos atendidos e que, paralelamente, promova a melhoria na qualidade de vida dos alunos e da comunidade em geral. (SILVA, 2013, p.27)

A proposta é ótima, mas ainda não viável, pois, demanda espaço e profissional para atender essas crianças no tempo integral. Penso que o que inviabiliza essa proposta é basicamente o custo com profissional, nada impediria que as unidades escolares em parceria com algum outro espaço próximo a escola cedesse o espaço para que este projeto fosse viabilizado. Assim como a Escola Integral a Escola Aberta também tem uma proposta de trazer a comunidade para dentro da escola e assim o tempo escolar estendido faz com que nossas crianças e adolescentes tenham contato com outros saberes além dos que são propostos na grade curricular.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz possui uma gestão democrática com ações desenvolvidas na escola que expressam a liberdade construída entre a gestão, corpo docente, discente, comunidade, funcionários. Possibilitando á todos os envolvidos nesse contexto escolar maior liberdade. A gestão democrática é reconhecida por todos os envolvidos, fruto de um processo realizado através de eleição direta na escola para escolha do diretor por um período de 4 anos. A escola tem como princípios envolver a todos com a finalidade de melhor atender as exigências de sua clientela, buscando alcançar maior êxito nas suas ações estabelecidas nesse Projeto Político Pedagógico preparando o indivíduo para o exercício da cidadania.

A responsabilidade exercida por cada função que cada funcionário exerce é distribuída entre todos os membros da equipe escolar, pois, a escola considera importante ressaltar a importância que cada um possui no desenvolvimento do serviço que executam nessa escola. Pois cada um dentro do contexto apresenta igual peso para o funcionamento eficiente do processo educacional. A escola procura aceitar e valorizar sugestões dos diversos setores para mediar e construir esse exercício de democracia nesse ambiente, facilitando melhor agilização dos trabalhos propostos e maior envolvimento, compromisso da equipe, procurando atender as necessidades prioritárias da comunidade escolar.

Assim, o papel do gestor não é um mero administrador, mas um líder que monitora e acompanha todo o processo educativo. Isso significa estar ligado ao cotidiano da sala de aula, conhecer seus alunos, professores e pais. Além de tornar-se imprescindível seu papel de articulador e defensor da democracia interna nessa unidade escolar. Responsável pela área administrativa, financeira e acompanhamento dos resultados pedagógicos da escola. A equipe escolar de ensino fundamental será assim constituída:

I - Grupo gestor: diretor, vice-diretor, secretário-geral, especialista e representante do colegiado escolar.

II - Colegiado escolar

III - Equipe técnico-escolar: vice-diretor, especialistas, dinamizadores de biblioteca, professor intérprete, professor de apoio e professor de sala recurso.

IV - Corpo docente

V - Corpo discente: alunos devidamente matriculados.

VI - Equipe técnico administrativa: auxiliares administrativos (secretaria), auxiliares de serviços gerais, auxiliares de merenda e porteiro.

VII - Pais ou responsáveis do núcleo discente.

O grupo gestor da escola deve concentrar esforços para a melhoria dos processos de gerenciamento da escola como estratégia para obter a melhoria de desempenho acadêmico e sucesso de seus alunos. Nesse sentido o grupo deve ainda incentivar a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz possui uma gestão democrática com ações desenvolvidas na escola que expressam a liberdade construída entre a gestão, corpo docente, discente, comunidade, funcionários. Possibilitando á todos os envolvidos nesse contexto escolar maior liberdade. A gestão democrática é reconhecida por todos os envolvidos, fruto de um processo realizado através de eleição na escola para escolha do diretor por um período de 4 anos.

A escola tem como princípios envolver a todos com a finalidade de melhor atender as exigências de sua clientela, buscando alcançar maior êxito nas suas ações estabelecidas nesse Projeto Político Pedagógico preparando o indivíduo para o exercício da cidadania. A responsabilidade exercida por cada função que cada funcionário exerce é distribuída entre todos os membros da equipe escolar, pois a

escola considera importante ressaltar a importância que cada um possui no desenvolvimento do serviço que executam nessa escola. Pois cada um dentro do contexto apresenta igual peso para o funcionamento eficiente do processo educacional. A escola procura aceitar e valorizar sugestões dos diversos setores para mediar e construir esse exercício de democracia nesse ambiente facilitando os trabalhos propostos, promovendo maior envolvimento e compromisso da equipe, focando sempre em atender as necessidades prioritárias da comunidade escolar.

Assim, o papel do gestor não é um mero administrador, mas um líder que monitora e acompanha todo o processo educativo. Isso significa estar ligado ao cotidiano da sala de aula, conhecer seus alunos, professores e pais. Além de tornar-se imprescindível seu papel de articulador e defensor da democracia interna nessa unidade escolar. Responsável pela área administrativa, financeira e acompanhamento dos resultados pedagógicos da escola. A equipe escolar de ensino fundamental será assim constituída:

Grupo gestor: diretor, vice-diretor, secretário-geral, especialista e representante do colegiado escolar.

II Colegiado escolar

III Equipe técnico-escolar: vice-diretor, especialistas, dinamizadores de biblioteca, professor intérprete, professor de apoio e professor de sala recurso.

IV Corpo docente

V Corpo discente: alunos devidamente matriculados.

VI Equipe técnico administrativa: auxiliares administrativos (secretaria), auxiliares de serviços gerais, auxiliares de merenda e porteiro.

VII Pais ou responsáveis do núcleo discente.

Parágrafo único: A comunidade escolar é formada por todos que compõe esta constituição.

O grupo gestor da escola deve concentrar esforços para a melhoria dos processos de gerenciamento da escola como estratégia para obter a melhoria de desempenho acadêmico e sucesso de seus alunos. Nesse sentido o grupo deve ainda:

- Incentivar a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), da sua autonomia contemplando as práticas participativas e colegiadas de gestão.
- Apoiar uma política de formação que privilegie o aprender do grupo, a auto capacitação, o fazer coletivo e que promova o intercâmbio, a formação de redes e outras práticas baseadas na experiência do grupo.
- Realizar autoavaliação periódica da unidade escolar para promover sua melhoria.
- Participar dos processos avaliativos da Secretaria de Estado da Educação e do Ministério da Educação.
- Promover a organização do dia do trabalho coletivo, incentivando o estudo, a reflexão sobre a ação pedagógica e providenciar os encaminhamentos necessários para sua efetivação.
- Manter atualizados os dados do Sistema Mineiro de Educação (SIMAVE). Um dos recursos financeiros recebidos pela escola vem do governo federal e a escola é contemplada no mês de julho. O planejamento desse recurso é feito durante cada ano subsequente de acordo com a tabela enviada. Este planejamento é o Plano de Desenvolvimento da Escola, onde consta os 50% de custeio. Os recursos para aquisição de gêneros alimentícios são provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), repassado pela Secretaria de Educação diretamente para a conta da merenda escolar da unidade. É realizada cotação de preços em, no mínimo, três estabelecimentos, efetuando-se a compra dos gêneros no estabelecimento que oferecer menor preço mediante a nota fiscal. A prestação de contas é fiscalizada pela comissão de execução financeira do colegiado escolar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental que tem como marco a presença da teoria histórico-cultural, a direção da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, através de sua equipe pedagógica, busca atualmente discussões constante com seu grupo de professores estabelecendo parâmetros para uma prática pedagógica, alcançando assim ao longo do tempo a sua identidade no campo das relações entre ensino e aprendizagem. Considerando a importância do contexto vivenciado pelos alunos, os professores são orientados a ousarem na sua prática educativa dando ênfase à contextualização e a interdisciplinaridade, procurando atender as diversidades de forma a colaborar para que este sujeito se torne crítico e transformador da sociedade em que está inserido.

Valorizando o trabalho do professor docente em sala de aula, na perspectiva do desenvolvimento do aluno, de suas habilidades, competências necessárias para a aquisição de uma aprendizagem significativa e para sua formação humana. Proporcionando um ambiente adequado, harmonioso á todos os alunos, principalmente os que apresentam necessidades especiais. Algumas dificuldades enfrentadas pela escola dentro de sua realidade:

- A quadra de esporte encontra-se em condições precárias necessitando de uma planilha de reforma para o encaminhamento ao órgão responsável, no resguardo e atendimento das dificuldades enfrentadas no dia a dia da escola.
- Dificuldades de alguns professores na adequação de uma formação necessária para melhor atender os aspectos pedagógicos exigidos atualmente e ligados ao ensino tradicional.
- A redução da taxa de evasão e repetência.
- Implementação de uma proposta curricular mais apropriada em comunhão com novas abordagens de conteúdos e práticas docentes. Aprendizagem voltada principalmente para à leitura e escrita dos alunos.

Os professores e demais profissionais da escola serão valorizados em suas ações e em sua prática pedagógica, sendo estimulados á formação continuada e a conseqüente progressão profissional. A valorização do profissional acontecerá a todo o momento: estimulando aqueles que já desenvolvem um bom trabalho, caminhando junto aqueles ou que ainda precisam avançar metodológica e pedagogicamente, procurando sempre respeitar o tempo e as potencialidades de cada um, como indivíduo construtor de seu conhecimento e de sua prática.

A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e fundamentalmente, na sala de aula, onde se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas. [...] A razão de ser da gestão da educação consiste, portanto, na garantia de qualidade do processo de formação humana – expresso no projeto político-pedagógico – que possibilitará ao educando crescer e, hominizar-se, isto é, tornar-se mais humano. (FERREIRA & AGUIAR, 2001, p.309)

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Dentro dos valores e ideais que a Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz acredita, ela busca desenvolver projetos e parcerias com profissionais capacitados que possam contribuir de alguma forma para motivar e incentivar nossos alunos a melhorar sua formação humana e pedagógica, ela procura desenvolver um trabalho de melhoria na participação e envolvimento dos professores, alunos, funcionários e comunidade escolar como princípios básicos na construção de uma educação voltada para a gestão democrática. E através destes princípios a escola objetiva um trabalho de parceria de forma democrática, construindo um espaço onde todos possam se envolver e contribuir com novas ideias e sugestões.

Sua história ao longo dos anos vem demonstrando seu crescimento na qualidade de seu ensino oferecida a todos os alunos. E através da dedicação e competência de seus professores, funcionários e estabelecendo parcerias com o entorno da escola num diálogo aberto, com outros órgãos e secretarias, conselhos escolares, conselhos de Pais e Mestres, grêmios estudantis, ONGs é possível perceber o avanço e a valorização da escola por todos que aqui trabalham. A criatividade desperta e motiva a todos que se relacionam nessa esfera educacional de maneira a valorizar e incentivar a originalidade, a percepção artística na realização das atividades desenvolvidas por seus professores, alunos e funcionários.

A escola estabelece relações entre os vários segmentos que convivem diretamente ou indiretamente com ela. Nessa relação acontece o envolvimento de todos na construção de projetos e parcerias. Em consequência, ocorre o desenvolvimento e melhoria em sua organização e eventos programados por ela. Assim passa a ser vista com maior respeito e credibilidade. É possível perceber a contribuição de todos na escola. Nessa troca de experiência percebe-se a melhoria do processo ensino aprendizagem e todos saem ganhando nessa construção.

O trabalho docente consiste em estabelecer uma relação de construção e busca na melhoria das práticas pedagógicas nesse ambiente escolar. O trabalho coletivo e esse envolvimento fortalecem e melhora a qualidade do ensino fortalecendo as relações de parcerias entre os que aqui trabalham.

Para que esses princípios se configurem em realidade, faz-se necessário organizar reuniões pedagógicas, oficinas, conselhos, assembleias, seminários, horas de estudo. Utilizar também os momentos das horas-atividade, que devem ser entendidas como oportunidades de discussão voltadas para uma prática mais democrática e eficaz. Em vários momentos os professores se reúnem por área do conhecimento para tratarem das questões relativas à proposta curricular a ser desenvolvida durante o decorrer do ano letivo.

Ressalta-se a importância do planejamento de forma participativa para que não haja diferenças entre os conteúdos ministrados pelos professores. O planejamento tem a característica de ser flexível, isto é, pode ser modificado de acordo com a realidade de cada turma, bem como de seu desenvolvimento ou dificuldades encontradas ao longo do processo. O planejamento segue a sua identidade, seu norte que é o Projeto Político Pedagógico e deve levar em conta, não só o cumprimento do currículo como a qualidade de ensino a ser oferecida por essa unidade escolar.

O conselho de classe deve avaliar o processo de desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos, de cada turma separada individualmente, tornando as medidas que se fizerem necessárias para o seu aprimoramento e para a recuperação imediata daqueles que apresentarem dificuldades, qualquer que seja a sua natureza. E a participação dos alunos é necessária nesses momentos. A escola também utiliza algumas estratégias que são oferecidas aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem durante todo o ano letivo que se denomina: Plano de Intervenção

Pedagógica (PIP). Podendo-se agrupar os alunos por nível de dificuldade e ou individualmente.

A progressão continuada deve estar apoiada em intervenções pedagógicas significativas, com estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos no ano em curso. A relação entre, escola, professores, famílias, alunos e comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagem significativa, lançando mão de todos os recursos disponíveis. As áreas afetivas e sociais que compreendem a apropriação de condutas, valores pessoais e grupais, atributos indispensáveis a uma convivência social harmônica, são áreas que serão avaliadas cotidianamente, mas não serão mensuradas, elas serão realizadas para contribuir para a formação plena do educando abrangendo os aspectos de: participação, presença, comunicação, sociabilidade, iniciativa, iniciativa, atitude e valores.

Relações do trabalho atitudes de solidariedade e de participação coletiva em uma instituição todos devem estar ligados devendo um colaborar com o outro caso haja necessidade, principalmente no âmbito escolar, pois a escola é onde se passa princípios, de coletividade recíproca e não de rivalidade, não há a necessidade de se ter uma hierarquia, um dando ordens no serviço do outro, sendo aí que acaba gerando conflitos, tensões, rivalidade, muitas vezes acaba refletindo até mesmo com os alunos, não bastando as rivalidades que as vezes já existem entre alunos acaba tornando em ambiente de convívio difícil. (LEANDRO, s.d., p.169)

7. AVALIAÇÃO

A avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola se dará ao final do ano letivo com a participação de todos os segmentos da escola. É o momento principal de avaliar junto à comunidade escolar os avanços feitos pela escola e os entraves que ocorreram. Para que no próximo ano, a escola já inicie seu ano letivo com as adequações necessárias para alcançar as metas estabelecidas.

A avaliação da aprendizagem está ligada à concepção filosófica adotada pela escola, e segundo os resultados dos questionários que apontaram uma concepção pedagógica sócio interacionista, a Escola Municipal Núcleo Aprendiz concebe a educação como a vivência de experiências múltiplas e variadas tendo em vista o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do educando.

Dentro dessa visão, em que educar é formar é aprender a construir o próprio saber, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Ela não se reduz apenas a atribuir notas. Sua conotação se amplia e se desloca, no sentido de verificar em que medida os alunos estão alcançando os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem. Esses objetivos precisam ser claros para que ocorram as mudanças necessárias, capazes de mudar comportamentos nas áreas cognitivas, motoras e sociais. Ela é processual e cumulativa e ser um dos instrumentos de auxílio para o corpo docente da escola. Com o objetivo de detectar quais habilidades adquiridas pelo aluno, em que se encontra e o que ainda falta para consolidar essas competências. A avaliação deve ser uma referência no direcionamento do trabalho do professor.

No processo avaliativo da Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz os aspectos qualitativo prevalecem sobre os quantitativos. Só será mensurada a parte cognitiva do aluno, ou seja, cumulativo. As informações do grau atual de aprendizagem do aluno serão avaliações anteriores, assim, seu atual nível de aprendizagem será medido pela junção dos domínios de conhecimento já

mensurados. As notas bimestrais serão expressas de 0.0(zero) a 25(vinte e cinco) oriundas de avaliações cumulativas, variando em décimo. O arredondamento será feito para o valor maior, próximo à décima nota. Exemplo: * 7,3-7,0/*7,8-8,0/*7,5-8,0.

O aluno que obtiver 60 pontos ou acima será considerado aprovado. Os responsáveis pelos alunos com idade igual ou inferior a 16 anos serão informados quanto ao rendimento escolar de seu filho através do boletim escolar, nas reuniões bimestrais na escola. Sendo direcionadas pelos professores da turma. Caso o aluno falte as suas avaliações, seu responsável deverá providenciar o atestado médico, protocolado na secretaria da escola no prazo de três dias após da data das avaliações.

Ao final de cada bimestre letivo será ofertada ao aluno a possibilidade de recuperação de notas. Caso a média alcançada pelo aluno no processo de recuperação for inferior ao que ele conseguiu durante o bimestre, deverá permanecer a maior média obtida pelo mesmo. O aluno que não alcançar o mínimo de pontos necessário para sua aprovação ficará nos estudos de progressão parcial no próximo ano subsequente. A avaliação deverá ser processual e cumulativa. Ocorrerá durante o bimestre e será acompanhado pelo professor da área. Podendo ser realizado pelo aluno em qualquer período escolar.

A equipe pedagógica juntamente com seus professores irá indicar através de um documento denominado plano de intervenção pedagógica (PIP), quais as defasagens apresentadas pelo aluno que não foram alcançadas ao longo de todo período letivo. Serão oferecidas novas estratégias de aprendizagens com a finalidade de melhorar o desempenho do aluno no contra turno. Os responsáveis serão informados em que nível de desempenho seu filho se encontra. Os horários no que diz respeito a progressão parcial, serão discutidos em reunião com equipe pedagógica, pais e ou responsáveis e o próprio aluno.

A formação humana será desenvolvida pelo professor de Ciências humanas com dinâmicas variadas abordando assuntos da vivência e realidade do aluno. É um projeto inovador tendo como compromisso despertar em nossos alunos a participação, sensibilidade, iniciativa, autonomia, atitudes e valores. A avaliação do desempenho dos alunos deste estabelecimento de ensino encontra-se regulamentada na Resolução N. 194 do CEE de 19 /08 / 2005 e pela Resolução 2197 de 26 de outubro de 2012, que determina:

Art. 1º- a avaliação da aprendizagem escolar, no âmbito da educação básica, das unidades escolares sob a jurisdição do Conselho Estadual de Educação, reger-se à pelos critérios e parâmetros estabelecidos nesta resolução.

Art. 2º- A avaliação de que trata o artigo 1º tem por objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, consoante preceitua os artigos 205, da Constituição Federal, 2º da Lei nº 26/98

Art.3º- A avaliação da aprendizagem escolar, nos termos desta resolução, orienta-se por processo diagnosticador, formador e emancipados, devendo realizar-se contínua e cumulativamente, e com absoluta prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos formativos, visando atender ao disposto no artigo. 2º, desta resolução.

Art. 4º- O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e a participação do aluno nas atividades escolares, sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de tomar iniciativa, de criar e de apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à sua idade e série, visando à aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e interpretar, de atitudes e de valores indispensáveis ao pleno exercício da cidadania.

Parágrafo único – O processo de avaliação escolar, respeitados os parâmetros contidos no caput, definido e explicitado pela unidade escolar, em seu Projeto Político Pedagógico e em seu regimento. (MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação, 2012)

Segundo o que relata em seu Projeto Político Pedagógico, a Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz, participa efetivamente com seu corpo docente e discente do cronograma estabelecido referente às avaliações externas no decorrer do ano letivo. Porém a escola faz um trabalho consciente diante dos resultados obtidos pelos alunos nessas avaliações, procurando adequar á nota alcançada e procurando fazer uma análise mais criteriosa referente á sua realidade, onde se localiza e estudando seu público alvo, não perdendo de vista a posição que a escola se encontra diante dessas avaliações.

Por isso, a efetivação de uma política nacional de avaliação articulada ao subsistema, deve ser entendida como processo contínuo e que contribua para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, e não para o mero “ranqueamento” e classificação das escolas e instituições educativas- tanto as públicas, quanto as privadas – e do processo ensino-aprendizagem, resultando em uma educação de qualidade socialmente referenciada. (BRASIL. Conferência Nacional de Educação, 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz possui um espaço acolhedor e uma gestão compartilhada. Tem como finalidade fortalecer e ampliar sua parceria junto á comunidade escolar, seus professores, funcionários e alunos. Visando desenvolver um trabalho coletivo e de qualidade para todos proporcionando um espaço saudável, adequado para a construção do conhecimento. A escola através dessas parcerias objetiva a melhoria de sua prática educativa, capacitando seus professores na busca de estratégias para crescimento de todos, nos encontros que acontecem nos planejamentos com a equipe pedagógica e direção escolar.

Outro momento importante de crescimento ocorre no Módulo II, que são momentos de reflexão e troca de experiências entre os professores e retomada de estratégias, com objetivo de melhorar o rendimento dos alunos. As capacitações oferecidas pela Superintendência Regional de Ensino (SRE), através do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), têm buscado de acordo com a prática cotidiana de seus professores, ferramentas necessárias ao seu pleno desenvolvimento. A gestão escolar e todos os envolvidos, principalmente a comunidade escolar, seus professores vem desenvolvendo um trabalho pedagógico voltado para sua realidade, onde ela está inserida. Tem como meta melhorar a cada ano seus resultados nas avaliações externas e internas e oferta de uma educação voltada para a qualidade.

[...] democratizar é construir participativamente um projeto de educação (...) transformador e libertador, onde a escola seja laboratório de prática, de exercício e de conquista de direitos, de formação de sujeitos históricos autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos, identificados com os valores éticos, voltados à construção de um projeto social solidário que tenha na prática da justiça, da liberdade, no respeito (...) o centro de suas preocupações. AZEVEDO (2001, p.312)

A Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz avalia que o seu Projeto Político Pedagógico construído nesse ano de 2014, teve a participação efetiva de todos os seus segmentos. Considera importante destacar que foram alcançadas várias de suas metas. Uma delas foi a participação da comunidade escolar e o seu entorno, mediante várias atividades desenvolvidas ao longo desse ano letivo. Uma parceria

que resultou nos esforços de todos. E que contribuíram para que esses projetos fossem possíveis. O Corpo docente, discente, funcionários da escola, do Posto de Saúde da família, ONGs, bandas do bairro, universidade federal e estadual e Secretaria Municipal de Educação todos tiveram sua parcela de contribuição.

Houve um aumento no índice de aproveitamento escolar de nossos alunos através do trabalho desenvolvido pelos professores das várias estratégias oferecidas por todos, ao longo do bimestre com as intervenções pedagógicas. Podemos destacar o envolvimento de todos, diante da construção de seus planejamentos e discussões decorrentes da melhoria das aulas. A dedicação plena dos profissionais e comprometimento dessas ações na escola, foi percebida por todos que aqui se encontravam.

O índice de evasão foi zero, mas sabemos que há muito que melhorar em nossa escola. Estamos caminhando lentamente, porém certos do caminho que teremos que percorrer. Existem muitas dificuldades a serem enfrentadas no dia a dia da escola. Mas através do Projeto Político da Escola foi possível direcionar e perceber onde temos que avançar e melhorar. E que possamos construir uma escola sem exclusão e capaz de oferecer á todos que por aqui passem um ambiente agradável na busca da construção do saber.

REFERÊNCIAS

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. 14ª ed. São Paulo: Papirus, 2002.

FERREIRA, Isaac. "Projeto Político Pedagógico da escola". 2009. Disponível em: < [http:// www. Sed.sec.gov.br/ secretaria/ppp](http://www.Sed.sec.gov.br/secretaria/ppp)>. Acesso em 14 de jul.2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. 2010. Disponível em: [moodle3. mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 15 jul. 2014.

KALOUSTIAN, Sílvia (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: [moodle3. mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 14 jul.2014.

SANTOS, Andrea. **Inspirações pedagógicas**. 2013. Disponível em: < [http:// inspiracoespedagogicas.wordpress.com/o_papel_do_aluno_no_seu_processo_de_a prendizagem/ihm](http://inspiracoespedagogicas.wordpress.com/o_papel_do_aluno_no_seu_processo_de_aprendizagem/ihm)> Acesso em 15 de jul.2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: **Um campo** de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: [moodle3. mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 05 agos. de 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: [moodle3. mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 05 agos. de 2014.

-In SILVA, Tomaz Tadeu e Moreira, Antônio Flávio (orgs.). Territórios Contestados: O Currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis. RJ: Vozes

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: [http://www..org/ curriculosemfrnteiros /vol6iss2articles/lopes.pdf](http://www..org/curriculosemfrnteiros/vol6iss2articles/lopes.pdf). Acesso em 15 de julho

LUNARDI, Geovana M. A função social da escolarização básica: reflexões sobre as práticas curriculares da escola. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, 2004 (A questão social no novo milênio).

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: limite avanços - 2010. Disponível em: [moodle3. mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em: 15 de julho

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

Disponível em www.mestrado.caeduff.net/.../dissertacao-2011-nelson-de-souza-silva.pdf PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA: Desafios e possibilidades para gestão escolar.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2014

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. Território e Lugar: espaços da complexidade. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/08/2014

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola? GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 15 de julho

LEANDRO, Claudinéia e PLATT, Adreana Dulcina. Eixos Filosóficos do Projeto Político Pedagógico e a visão de sociedade. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 15 de julho

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 15 de julho

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. Gestão escolar e o processo de tomada de decisão. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>. Acesso em: 15 de julho

SOUZA, Sandra Zákia Lian e OLIVEIRA, Romualdo Portella de. Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil. Educ. Soc., Campinas, vol 24, n. 84, p. 873-895, setembro 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. Gestão escolar e o processo de tomada de decisão. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em...

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em: 15 de julho

ANEXO I

PLANO CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL (09 ANOS) – ANO: 2014
LDB 9394/96, DE 20/12/1996; RES CNE Nº 07/10 E RES CEE Nº 2.197/12

ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO PEDAGÓGICO APRENDIZ
TURNO: 1º E 3º

MUNICÍPIO: CARMÓPOLIS DE MINAS

BASE NACIONAL	ÁREAS DE CONHECIMENTO/ COMPONENTES CURRICULARES	CICLOS INICIAIS										CICLOS FINAIS									
		CICLO DA ALFABETIZAÇÃO				CICLO COMPLEMENTAR				CICLO INTERMEDIÁRIO				CICLO DA CONSOLIDAÇÃO							
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO			
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA				
B	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	07	333:20	07	333:20	07	333:20	07	333:20	07	333:20	06	200:00	06	200:00	05	166:40	06	200:00	
		ARTE	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	-	-	-	-	01	33:20	-	-	
		EDUCAÇÃO FÍSICA	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	
	MATEMÁTICA	06	200:00	06	200:00	06	200:00	06	200:00	06	200:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40		
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00		
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	
		HISTÓRIA	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	
	ENSINO RELIGIOSO	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	P	LINGUAGENS	LEM – INGLÊS												02	66:40	02	66:40	02	66:40	
D																					
TOTAL		25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20		

<p>Indicadores fixos Ciclos Iniciais: Dias Letivos semanais: 200 dias Duração do módulo: 50 min. Regência de turma: 4h e 10 min. Número de semanas letivas: 40 Número de dias letivos semanais: 03 Duração do recreio: 15 min. Duração do turno: 4 h e 25 min. Carga horária Anual: 833:20</p>	<p>LEGENDA: AS: Aulas semanais CHA: Carga Horária Anual</p>	<p>Indicadores fixos Ciclos Finais: Dias Letivos semanais: 200 dias Duração do módulo: 50 min. Regência aula: 50min. Número de semanas letivas: 40 Número de dias letivos semanais: 03 Duração do recreio: 15 min. Duração do turno: 4 h e 25 min. Carga horária Anual: 833:20</p>
---	--	---

- OBSERVAÇÕES:**
- Lei 12.491/1997 - Orientação Semanal integrada ao conteúdo de Ciências.
 - Lei 12.767/1998 - Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos.
 - Lei 9.795/1999 - Educação Ambiental integrada a todo os conteúdos, especialmente Geografia e Ciências.
 - Lei 13.411/1999 - Estudos sobre Dependência Química e as consequências do uso de drogas, permeiam todos os conteúdos.
 - Lei 11.643/08 e RES. SEE 1159/08 - História e Cultura Afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, permeiam todos os conteúdos, em especial Arte, História e Língua Portuguesa.
 - Lei 11.325/07 e RES SEE 1.307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História
 - Lei Federal 11.769/08 – Música - Conteúdo obrigatório do ensino de Arte.
 - Serão tratados, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho e tecnologia, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.
 - Lei 12.472/11 – Estudos dos Símbolos Nacionais integrados a todos os conteúdos.

Diretor de Escola

Inspetor (a) Escolar

Colegiado

ANEXO II

CALENDÁRIO ESCOLAR 2014

Escola Municipal Núcleo Pedagógico Aprendiz
Carmópolis de Minas - MG

Janeiro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Fevereiro						
D	S	T	Q	Q	S	S
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

Março						
D	S	T	Q	Q	S	S
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Abril						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

Maio						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Junho						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Julho						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Agosto						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

Outubro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Novembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

- Legenda:
- Feriados e recessos
 - Início e Término do ano letivo
 - Sábado Letivo
 - Avaliação Global - dia letivo
 - Férias Escolares
 - Estudos Orientados e planejamento
 - Reunião de Módulo II - dia letivo
 - Reunião Ordinária Colegiado Escolar - Dia letivo
- Aprovação do Colegiado Escolar:

- 20/11: Dia da Consciência Negra
 - 20/12: Encontro de confraternização da família
 - Fim dos Estudos de Progressão Parcial - dia letivo
 - Festa Junina e Show de Talentos
 - Formatura 9º ano
 - Dia D - Toda escola pode fazer a diferença
- Aprovação Inspeção: